

V SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES -10ANOS

AUTORA: Ione Silva Vilela Picoli

MODALIDADE: Comunicação Oral (CO)

Área Temática: ET35: SEXUALIDADES E GÊNERO NA ESCOLA: O QUE PENSAM E COMO ATUAM OS PROFESSORES EM RELAÇÃO A ESSA TEMÁTICA?

TEXTO COMPLETO:

E a escola também ensina a ser menina... e menino: representações de gênero no cotidiano escolar

A escola, desde sua origem, assumiu o papel de controlar os temas que seriam apropriados pelas crianças. Espelha a sociedade na qual se encontra inserida e deixa atravessar seus portões as normas, condutas e valores sobre os quais essa sociedade se fundamenta, pois, como bem definiu Montserrat Moreno (2003) “a escola é uma caricatura da sociedade”. Nessa instituição, assim como na família, mais uma vez a criança ficará a mercê do adulto na condução de suas aprendizagens. Então, com suas práticas e métodos, norteará a criança na construção de significados e formas de ser ou existir.

O processo de socialização da criança tem na escola seu principal *locus*, depois da família. E é na escola que as diferenças se encontrarão: meninos, meninas, brancos, negros, crianças com necessidades educativas especiais, homossexuais, heterossexuais, as mais diferentes ideias e opiniões. Enfim, ao educar meninos e meninas, a escola está educando a todos que nela chegam, com características próprias, diferentes. A diferença faz parte da escola, pois é o único lugar da sociedade em que os diferentes convivem diariamente.

O não saber lidar com essas diferenças faz com que o currículo escolar silencie sobre várias questões, entre elas as de gênero, ou traga em sua prática condutas que visem a (re)produzir os sujeitos que a sociedade espera. Conforme descreve Moreno, “Por ela passam, como não passam em nenhum outro lugar, limitadas por diminutivos, todas as ideias que uma sociedade quer transmitir para conservar, tudo aquilo em que se acredita ou quer que se acredite”. (MORENO, 2003, p.80)

Essa valorização do modelo social do sujeito, adotada pela escola, não passa despercebida pelas crianças, uma vez que, ao ingressarem na escola, como diz Moreno (2003), meninos e meninas já têm ideia de qual é sua identidade sexual e qual o papel

que, como tais, devem representar, mesmo que ainda não tenham o alcance do conceito desses papéis e isso aconteça de maneira confusa.

O prédio escolar irá receber essas crianças com espaços, brincadeiras e tarefas totalmente separados em relação aos gêneros. A linguagem que permeará a todo tempo essas relações mostrará claramente os espaços que cada um irá ocupar, não apenas fisicamente, mas também intelectualmente. Uma linguagem impregnada de sexismo, um verdadeiro modelo linguístico androcêntrico se instala. Na maioria dos idiomas, aprendemos que existem palavras para designar o feminino e o masculino, como por exemplo, aluno e aluna, e é assim que todos aprenderão, mas, como podemos observar na análise feita por Moreno:

A balança da equidade linguística desequilibra-se assombrosamente no momento em que por razões de economia, é preciso utilizar uma forma comum para referir-se a indivíduos de ambos os sexos e a menina aprenderá desde cedo a abrir mão de sua identidade sexolinguística. (MORENO, 2003, p.37)

A autora constata esse desequilíbrio na equidade linguística, por exemplo, no fato de que, em caso de economia de palavras, como na frase “Os alunos que terminaram a atividade podem sair”, a aluna deve acatar a norma e sair, ou seja, deve “renunciar a sua identidade sexolinguística” e analisar sempre a ambiguidade que pode estar presente nas frases que lhes são ditas. A aluna então:

Permanecerá durante toda sua vida diante de uma ambiguidade de expressão com a qual acabará acostumando-se, com o sentimento de que ocupa um lugar provisório no idioma, lugar que deverá ceder imediatamente quando aparecer no horizonte do discurso um indivíduo do sexo masculino, seja qual for a espécie a que ele pertença. (MORENO, 2003, p.38)

Moreno também explicita que os modelos linguísticos são genericamente ambíguos para o feminino e categórico para os meninos, que aprenderão desde cedo a “regra de ouro: sempre e em todos os casos usa-se o masculino” (MORENO, 2003, p.39)

Esse lugar de provisoriedade na linguagem traz consigo a marca de inferioridade do sexo feminino e isso provavelmente será incorporado por ambos os sexos. Mas não é só com a ambiguidade que as meninas terão que conviver em seu idioma, ele ainda mostrará a ela, desde cedo, a noção de hierarquia. Montserrat Moreno afirma que as meninas são mais precoces na percepção do sexismo presente na linguagem e também identificarão essa hierarquia presente e, quando os adultos se dirigirem a um grupo e

disserem “meninos e meninas venham até aqui”, elas perceberão que o masculino ocupa o primeiro lugar na frase. Não haverá equívoco para ela em relação à ordem, e de que o menino foi chamado primeiro. E, assim, a linguagem vem ajudando a marcar e delimitar os lugares do feminino e do masculino.

Nessa perspectiva, devemos nos atentar para o fato de a linguagem não ser neutra no processo de construção de identidades de gênero. Pelo contrário, a linguagem é um processo que implica a construção das identidades, produzindo, assim, os sujeitos. Guacira Louro também assinala a importância que a linguagem tem nessa função. A sua eficácia, segundo a autora, percebe-se em virtude da naturalidade com que apresenta a distinção entre os sexos, levando o sujeito a carregar as marcas que ela atribui a cada um:

Dentre os múltiplos espaços e as muitas instâncias onde se pode observar a instituição das destinações e das desigualdades, a linguagem é seguramente o campo mais eficaz e persistente tanto porque ela nos parece, quase sempre, muito natural. (LOURO, 1997, p.65)

E é através dessa linguagem que a apresentação do conhecimento científico se mostra também impregnada de sexismo, carregando expectativas diferentes de aprendizagens em relação aos sexos. Consequentemente, essa expectativa em relação aos rendimentos das meninas, na maioria das vezes, é inferior à expectativa que se tem em relação aos meninos. Isso ocorre, segundo Moreno, desde a pretensão de uma inferioridade inata da mulher até as concepções que outrora vigoravam de que o pensar poderia prejudicá-la, como ocorria no século XIX, como vemos nas conclusões de Edward Clarke citadas pela autora: “as meninas não deviam ser pressionadas a estudar porque, se o seu cérebro fosse obrigado a trabalhar durante a puberdade, esgotar-se-ia o sangue necessário a menstruação”. (MORENO, 2003, p.59)

As situações acima descritas, que atualmente podem nos parecer absurdas, ainda perpassam o âmbito escolar, e o conhecimento científico ainda se faz de maneira direcionada. Por exemplo, muitas vezes ouvimos que os meninos têm mais facilidade com a Matemática e as meninas com o Português. Quem já não ouviu essa afirmativa, dentro das escolas, mesmo nos dias atuais? Essas ideias preconcebidas às vezes reforçam crenças, como as propagadas no séc. XIX, por exemplo, em relação ao raciocínio lógico, como podemos depreender da fala irônica de Montserrat Moreno:

Assim, por exemplo, a maioria opina que as meninas são muito melhores que os meninos no momento de compreender o texto escrito dos problemas, mas, quando se trata de raciocinar logicamente sobre esse texto, os meninos, milagrosamente, conseguem raciocinar muito melhor sobre o que não compreenderam. (MORENO, 2003, p.64)

Nessa perspectiva, a escola, portanto, será uma importante aliada na tarefa de educar para o sentido de ser menino e menina, pautado em modelos arcaicos ou como afirmou Bourdieu (2015), tendo “o peso da tradição aristotélica que faz do homem o princípio ativo e da mulher o elemento passivo”. Nem sempre isso poderá ser feito, como vimos, abertamente, muitas vezes ocorrerá de forma velada, “dissimulada” “emitindo-se mensagens”, como observamos em relação às palavras, que escondem ideias (ambiguidade, hierarquia) e que podem ser muito mais poderosas do que discursos milimetricamente formulados.

A escola, portanto, apresenta várias funções na sociedade, como as que propaga publicamente: formadora intelectual da sociedade, transmissora de conhecimentos, preparação para a cidadania entre outras.

A análise de Moreno atribui à instituição escolar uma dupla função tradicional: a formação intelectual e a formação social dos indivíduos. A autora ressalta, porém, que cumprindo apenas essas funções, a escola tem sua importância muito limitada, prestando um pequeno favor à sociedade uma vez que:

Sua missão pode ser muito diferente. Em lugar de ensinar o que os outros pensaram, pode ensinar a pensar; em lugar de ensinar a obedecer, pode ensinar a questionar, a buscar os porquês de cada coisa, a iniciar novos caminhos, novas formas de interpretar o mundo e de organizá-lo” (MORENO,2003, p.17).

Concordo com o pensamento da autora e com a necessidade de superação do quadro que apresenta uma escola que educa para a desigualdade de valor entre os gêneros. Alguns pesquisadores, como Monserrat Moreno e Daniela Auad, vêm demonstrando possibilidades para isso, uma delas é a de oferecer uma educação que contemple a co-educação. No entanto, esse conceito pode ser utilizado de forma equivocada, levando a entender que a escola mista seria uma proposta de co-educação.

Co-educar, porém, não é por, em uma mesma classe, indivíduos de ambos os sexos, nem unificar, eliminando as diferenças, mediante a apresentação de um modelo único. Não é uniformizar as mentes de meninas e meninos. É ensinar a respeitar o diferente e a desfrutar da riqueza que a variedade oferece. (MORENO, 2003, p.70)

Para Daniela Auad trata-se de “uma política educacional, que prevê um conjunto de medidas e ações a serem implementadas nos sistemas de ensino, nas unidades escolares, nos afazeres das salas de aula e nos jogos e nas brincadeiras do pátio” (AUAD, 2002-3, p.138) Para que o ideal de co-educação fosse levado a termo, “a escola mista teria que ser pensada, questionada e analisada a partir das relações de gênero e das relações entre os sexos que estão em jogo cotidianamente”. (AUAD, 2002-2003, p.138). A autora ainda ressalta que, se assim não o for, a relação entre os sexos na escola mista revelar-se-á “estéril”.

Essa perspectiva de educar contemplando as possibilidades de ambos os sexos, sem demarcar espaços, áreas de formação restritas para cada um, torna-se mais que necessária, pois, vemos, nas faculdades do mundo inteiro, que as turmas de cursos tradicionalmente de maioria masculina de estudantes, como medicina, química, engenharias, entre outras, hoje equilibram seus quadros com estudantes de ambos os sexos. E, mesmo diante dessa realidade, ainda nos deparamos, nas escolas dos anos iniciais, com os livros que mostram a personagem feminina realizando apenas as atividades domésticas ou secundárias, numa clara mensagem de inferioridade do sexo feminino, restrito a desempenhar sempre as mesmas funções.

Quando essas mensagens são apresentadas na infância, serão facilmente internalizadas, pois nessa fase a criança não possui mecanismos de crítica para colocar essas normas sob suspeita e, assim, ela vai constituindo seu pensamento sobre as identidades de gênero.

Mas do que estamos falando quando usamos o termo “Gênero”? Na contemporaneidade, o termo gênero surgiu primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir na construção social das distinções baseadas no sexo, questionando o determinismo biológico que sempre foi a marca que registrava essas relações. São muitas as estudiosas que se debruçaram sobre a conceituação desse termo, que veio como um divisor de águas nas questões que embasavam as relações entre os sexos.

Segundo Guacira Louro (1997) “o termo “gênero” surge com o papel político de questionar e debater sobre a ausência das mulheres na história, o silenciamento sobre suas participações como sujeitos e, conseqüentemente, como participantes nas pesquisas científicas até então predominantes.

Para Joan Scott (1990), “o gênero” sublinha também o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade”, ou “um primeiro modo de dar significado às relações de poder”, e ela acrescenta, ainda, que o uso do termo poderia definir a procura

de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos de 1980, ou seja, poderia ser entendido como uma categoria de análise histórica:

Esses usos descritivos do gênero foram utilizados pelos (as) historiadores (as), na maioria dos casos, para mapear um novo terreno. Na medida em que os (as) historiadores (as) sociais se voltaram para novos temas de estudo, o gênero dizia respeito apenas a temas como as mulheres, as crianças, as famílias e as ideologias de gênero. Em outros termos, esse uso do gênero só se refere aos domínios – tanto estruturais quanto ideológicos – que implicam em relações entre os sexos (SCOTT, 1990, p.7)

Jane Felipe (2004), por sua vez, preceitua que:

O conceito de gênero está relacionado fundamentalmente aos significados que são atribuídos a ambos os sexos em diferentes sociedades. Homens e mulheres, meninos e meninas constituem-se mergulhados nas instâncias sociais em um processo de caráter dinâmico e contínuo. Questões como sexualidade, geração, classe, raça, etnia, religião também estão imbricadas na construção das relações de gênero (FELIPE, 2004, p.33).

Como podemos observar na interpretação das autoras supracitadas, a negação do determinismo biológico presente no uso dos termos “sexo” ou “diferença sexual”, e a ênfase que a construção histórica social tem sobre esses termos trouxe, para o panorama histórico, reflexões sobre o desempenho dos papéis atribuídos a homens e mulheres. Papéis que sempre foram naturalizados nas diferenças percebidas entre os sexos.

Entendemos que, embora Simone Beauvoir não tenha utilizado o termo gênero, em suas discussões, a escritora foi pioneira ao abordá-lo, pois, traduziu em uma linguagem comum, plenamente acessível, simples e com exemplos abundantes, suas reflexões, sobre a condição feminina. Condição essa que, para ela, era construída socialmente, delimitando os papéis de gênero.

O caráter de construção social dos gêneros ganhou força entre as estudiosas do tema que continuam na luta para equilibrar essa balança histórica entre os sexos e, assim, diminuir as desigualdades entre eles.

Ciente dessas considerações, volto à análise da escola como uma instituição social que, por meio do currículo, difunde ou silencia ideias, (re) produz valores, tornando-se propagadora de sentidos que definem o que é ser homem ou mulher, (re) produzindo as concepções de gênero presentes na sociedade, assumindo a função de massificação de corpos, sujeitos e identidades. Para cumprir essa função, Zilberman (1985) acredita que a escola participa de um processo de manipulação das crianças

pelos adultos, que almejam que elas reproduzam as condutas que a sociedade deseja como normas vigentes.

Na visão de Louro (2005), essa escolarização dos corpos e mentes ocorre com todos no espaço escolar, passando de professores/as a alunos/as, que acabam “introjetando jeitos e maneiras apropriadas, adequadas ou decentes” de agir. A autora afirma, ainda, que:

A construção de um corpo escolarizado, controlado, protegido, domado e dominado, parece ter sido, e ainda, ser, imperiosa para qualquer empresa educativa. (...) Somos ensinadas/os e ensinamos a gostar de coisas diferentes, a “saber fazer” coisas diferentes, a sermos competentes ou hábeis em tarefas ou funções distintas. Essas preferências, habilidades e saberes conformam nossos corpos, e os envolvem, expressando-se através deles. Através de múltiplas formas de disciplinarização, na escola e em outras instâncias, também ensinamos aos meninos e meninas, a expressarem seus sentimentos e desejos de formas diferentes (LOURO, 2005, p.177)

O ajuste a esses modelos de sujeito causa estranheza àqueles que não se identificam com eles, e a “descentração” ou fragmentação acaba gerando a crise de “identidades”, como analisa Stuart Hall (2000).

Nesse momento, Hall ilumina a discussão sobre a representação de papéis sociais desempenhados pelo sujeito moderno e sua crise de identidade. Para o autor, a identidade, na pós-modernidade, deve apresentar traços que exaltam a diferença, a alteridade, a afirmação do pluralismo, a descontinuidade, uma vez que as velhas identidades fixas e imutáveis, que por tanto tempo dominaram o mundo, estão em declínio. A quebra do paradigma de sujeito unificado permitiu o surgimento de novas identidades e o sujeito plural veio romper com as verdades absolutas.

Portanto, quando entendemos o currículo como um conjunto de aprendizagens a ser oferecido às crianças, que vise a contemplar a identidade cultural ou social, conforme definido por Stuart Hall, como “aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso pertencimento” a culturas étnicas, raciais, lingüísticas...” (HALL, 2000, p.8), torna-se clara a importância do currículo na produção de identidades.

Nessa perspectiva, na elaboração de seu currículo, a escola deve atentar para a linguagem oferecida às crianças que, como vimos, pode estar eivada de sexismo. O sexismo se faz presente na maioria dos livros ofertados aos estudantes, os didáticos, os de Literatura Infantil, nenhum foge à regra, como diz Moreno:

Parecem um tratado de androcentrismo para estudantes indefesos. Palavra e desenho combinam-se perfeitamente para compor uma sonata audiovisual

com a ladainha de sempre. Evidentemente, nem uma só vez cometem o deslize de escrever o feminino em primeiro lugar. (MORENO, 2003, p.39)

Esse código de símbolos traz essa ideologia dominante de forma explícita ou não, e, assim, os estudantes procuram seguir os modelos propostos, os que serão aceitos mais facilmente. Dessa forma, os livros adotados ajudam a interpretar os papéis sociais de cada sexo na sociedade, ou o que ela espera desses sujeitos.

Essa preocupação com o currículo escolar já foi pauta da chamada Segunda Onda do movimento feminista, ocorrida por volta dos anos 1975. Nessa pauta constava a necessidade das instituições se transformarem e organizarem, conforme esclarece Tadeu Tomaz da Silva (2009), “currículos que refletissem, de forma equilibrada, tanto a experiência masculina, quanto a feminina”, uma vez que houve o entendimento de que apenas o acesso à Educação não era garantia de uma igualdade de direitos:

Preocupavam-se em desenvolver formas de ensino que refletissem os valores feministas e que pudessem formar um contraponto às práticas pedagógicas tradicionais. Práticas essas consideradas como expressão de valores masculinos e patriarcais. (SILVA, 2009, p.96)

Esse entendimento das feministas pode ser comprovado através da análise sobre os estudos que foram feitos na área da educação sobre a infância nas últimas décadas. Esses estudos abordaram os conceitos referentes ao desenvolvimento linguístico, cognitivo, social, psicomotor, às práticas escolares, entre outros. Porém, constata-se que “poucos são os estudos que tentam dar conta da construção de identidade de gênero e identidade sexual na infância” (FELIPE, 2004, p.31), conforme já foi dito, no início dessa proposta de estudo. A autora percebe, também, que a escola e seus pesquisadores concederam pouco espaço a essa temática, o que nos leva a crer na veracidade dessa afirmativa, uma vez que a identidade de gênero pautada na diferenciação entre os sexos se faz presente de forma avassaladora.

Nessa perspectiva, Felipe disserta:

O pouco conhecimento sobre as temáticas de gênero e sexualidade apresenta-se como um dos fatores pelos quais professores e professoras na maioria dos casos continuam ensinando, mesmo que discretamente, modos de ser e de se comportar de maneira diferenciada e desigual para meninos e meninas. (FELIPE, 2004, p.39)

Por entendermos que a escola é um lugar de conflito, mas também de construção, torna-se necessário que as discussões das relações de gênero perpassem

esse espaço de uma forma mais efetiva. Que, no cotidiano escolar, todos os sujeitos desse processo questionem e reflitam sobre os estereótipos de feminilidades e masculinidades presentes numa sociedade sexista, que as diferenças sejam contempladas e não caracterizadas de forma discriminatórias. Que a escola ultrapasse a visão que temos de um lugar que privilegia a permanência para o lugar que contribui efetivamente para o desaparecimento progressivo da dominação masculina, como supôs Bourdieu (2015).

Acreditamos no poder formador que Literatura Infantil tem sobre seus pequenos leitores. Por isso, a proposta desse estudo é mapear textos que auxiliem os leitores em formação no contato com as tantas possibilidades de vivenciar o masculino e o feminino, desestabilizando certezas e possibilitando novas construções de suas identidades. A mudança de mentalidade já foi propagada pelos estudiosos como uma das formas de combater as desigualdades entre os gêneros. Concordamos com Moreno, quando ela atribui à escola o *locus* primordial para isso: “É necessária uma mudança mais profunda na mentalidade dos indivíduos, e o lugar privilegiado para introduzi-la é exatamente a escola”. (MORENO, 2003, p.30). Mas a orquestra, como vimos, é composta de vários atores para executar a sinfonia de gênero, portanto os atores desse processo somos todos nós educadores da sociedade (família, escola, igrejas) e a nós cabe a função de afinar essa melodia para o equilíbrio das desigualdades de gênero.